



CIRCULAR

N/REF^a: 46/2015
DATA: 05/05/2015

Assunto: **Memorando de Cooperação para a Implementação da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital**

Exmos. Senhores,

Pelo eventual interesse, junto se remete cópia do Memorando de Cooperação para a Implementação da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, Compromisso que a CCP subscreveu em conjunto com 17 outras entidades, públicas e privadas.

Remete-se ainda documento "Estratégia e Plano de Acção para a Empregabilidade Digital".

Constituem objectivos da Estratégia, designadamente, diminuir o défice de qualificações em TIC, o aumento do número de empresas que recorre ao digital ou que tem base digital e o desenvolvimento da economia e dos mercados digitais.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Vieira
Secretária-Geral

MEMORANDO DE COOPERAÇÃO

PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA

COLIGAÇÃO PORTUGUESA PARA A EMPREGABILIDADE DIGITAL

A *Grand Coalition for Digital Jobs* foi lançada pela Comissão Europeia em março de 2013 e sistematizada num conjunto de princípios constantes da *Davos Declaration on the Grand Coalition for Digital Jobs*, em fevereiro de 2014, no âmbito do *World Economic Forum*. Neste contexto, a Comissão Europeia lidera uma parceria *multistakeholder* interessada em: i) colmatar a falta de competências digitais na Europa e ii) preencher os postos de trabalho no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que se estima venham a atingir um défice de 900.000 profissionais em 2020, constituindo um grave entrave à recuperação e ao crescimento económico.

A *Grand Coalition for Digital Jobs* surgiu com o propósito de potenciar e facilitar a colaboração *multistakeholder* entre entidades dos setores público e privado, comunidades académica e técnica, organizações não-governamentais e sociedade civil no sentido da adoção de medidas que promovam, entre outros, a formação de jovens na área das TIC, a requalificação da força de trabalho desempregada e a consciencialização para a oportunidade impar de empregabilidade que este contexto configura. O objetivo é aumentar a oferta de talento em TIC a partir de 2015, de forma a colmatar a lacuna destes profissionais no mercado laboral atual e futuro.

Em Portugal, o *gap* entre a oferta e a procura é porventura mais alarmante na medida em que existe um elevado nível de desemprego, em particular nos jovens e, ao mesmo tempo, inúmeras empresas e instituições, nomeadamente PME - parte significativa do nosso tecido empresarial - não recorre às TIC, o que condiciona o desenvolvimento da economia digital a nível nacional.

Face ao que antecede, através do presente Memorando de Cooperação, as entidades signatárias, *stakeholders* nacionais relevantes mobilizados em prol deste desígnio, concordaram em formar a **Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital** e em cooperar na elaboração de uma proposta de Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital 2015-2020, em torno de pilares estruturantes, a submeter aos responsáveis governamentais das áreas da Economia, da Educação e Ciência e do Emprego.

Constituem-se objetivos da Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital 2015-2020:

- i) Redução significativa do défice de profissionais em TIC
- ii) Melhoria continua das condições de acesso da população ativa à aquisição das competências TIC necessárias ao trabalho, nos setores público e privado, bem como dos cidadãos em geral

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'S. R.', 'Mm', 'u', 'H', 'su', 'aw', 'D', 'C. Que', 'dx', 'DSP', 'F-2', 'y', and 'd']

- iii) Aumento do número de empresas que recorrem ao digital e das empresas de base digital e
- iv) Desenvolvimento da economia e dos mercados digitais.

Na prossecução destes objetivos, importa delinear e executar medidas, iniciativas e ações em torno dos seguintes pilares:

1. **(Re)Qualificação para Emprego em TIC**, incluindo redimensionamento da oferta educativa e formativa em TIC, melhoria continua dos currícula e referenciais do ensino e formação profissional em TIC, aproximando-os das exigências do mercado de trabalho, incentivo à especialização em TIC por profissionais de outras áreas, adoção de sistemas flexíveis de formação e certificação de competências digitais, utilizando a estrutura já existente em toda a Europa, entre outros.
2. **Crescimento das Empresas e Novo Emprego TIC**, em empresas que recorrem ao digital na atividade e nas empresas de base fortemente digital, promovendo, nomeadamente, o surgimento de *start-ups* em TIC e a utilização do digital nas empresas, em particular nas PME, transversalmente a todos os sectores da economia, a *e-liderança* e uma utilização mais eficiente da infra-estrutura de TIC disponível e dos serviços existentes.
3. **Sensibilização da sociedade para o digital**, em particular dos jovens, das mulheres e das famílias, para a empregabilidade em TIC, por forma a considerarem a hipótese de opção por cursos e profissões TIC para que possam tirar partido do número cada vez mais significativo de oportunidades de emprego neste setor, bem como de empresas de todas as indústrias para a propagação do digital. Informar e manter informada a sociedade portuguesa sobre a importância das competências digitais para a empregabilidade, através da orquestração de um conjunto de campanhas de informação de âmbito nacional, e incluir as TIC na formação não formal e informal.
4. **Internacionalização do setor TIC e captação de investimento estrangeiro**, capitalizando nas excelentes infraestruturas e nos recursos humanos altamente especializados existentes em Portugal, atrair investimento externo para Portugal, fazendo localizar no país centros internacionais de competências e de suporte a serviços em TIC e, por outro lado, estimular as exportações no sector.

A **Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital** integra os seguintes parceiros:

Entidades Públicas

Agência Nacional para a Qualificação e Educação Profissional, tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência e pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, em articulação com o Ministério da Economia, é um instituto público que tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências;

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., pessoa coletiva nº 506320120, com sede no Porto e instalações na Avenida 5 de Outubro, nº 101 – 1050-051 Lisboa, tem por missão o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa.

Direção-Geral da Educação, tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência, é o organismo que tem por missão assegurar a concretização das políticas relativas à componente pedagógica e didática da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, prestando apoio técnico à sua formulação, acompanhando e avaliando a sua concretização, nomeadamente promovendo a literacia digital e a utilização efetiva das Tecnologias de Informação e Comunicação em todos os níveis de educação e ensino.

Direção-Geral do Ensino Superior, tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência, tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência, é um serviço central da administração direta do Estado que tem por missão assegurar a concepção, a execução e a coordenação das políticas que, no âmbito do ensino superior, cabem ao Ministério da Educação e Ciência.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência, é agência pública nacional para o financiamento da investigação em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento, e pela coordenação das políticas públicas para a Sociedade da Informação em Portugal.

IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., tutelada pelo Ministério da Economia, tem por missão promover a competitividade e o crescimento empresarial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial, nas empresas designadamente as de pequena e média dimensão, que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do Ministério da Economia, com exceção do sector do turismo.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., tutelado pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, é o serviço público de emprego nacional, que tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

Ordem dos Engenheiros, associação pública profissional, criada pelo Decreto-Lei n.º 27288, de 24 de Novembro de 1936, com sede na Av. António Augusto de Aguiar n.º 3 D, 1069-030 Lisboa, pessoa coletiva n.º 500839166, representada neste ato pelo Senhor Bastonário, Eng. Carlos Matias Ramos. A Ordem dos Engenheiros é a Associação Pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de engenheiro, tem como principal missão contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social.

Entidades Privadas

Associação para o Pólo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica, TICE.PT, associação de direito privado e interesse público, sem fins lucrativos, que tem por missão construir uma plataforma de concertação que envolva e mobilize os principais actores das TICE nos processos de inovação, I&DT, transferência de conhecimento, formação avançada, desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e serviços, marketing e internacionalização. Para a concretização desta missão, a intervenção do Pólo TICE.PT está focada num conjunto de áreas de intervenção onde, entre outras, a formação e reconversão de recursos humanos assume um papel importante e fundamental.

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação, constitui-se como uma associação privada sem fins lucrativos que tem por objeto a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Para a prossecução dos seus objetivos, a APDSI proporciona um fórum para debate sobre a Sociedade da Informação, afirma-se como força de pressão sobre os poderes públicos, instituições e sector privado no sentido de maximização dos benefícios da Sociedade da Informação, promove a sensibilização e qualificação no domínio da Sociedade da Informação e estimula a adequação do mercado às necessidades de desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, é a associação que representa as empresa de Tecnologias de Informação e Comunicação, Media e do setor postal. Tem como objetivo contribuir para o estudo, o debate e a divulgação das questões que influenciam o negócio do seu setor de atividade, bem como dos seus clientes.

CIONET Portugal, a CIONET é a maior comunidade de executivos de TI na Europa cuja missão é nutrir e desenvolver essa especialidade fornecendo aos executivos de topo de TI os recursos que precisam para concretizar o seu máximo potencial. A CIONET desenvolve, gere e modera uma matriz integrada de ferramentas e serviços a partir da plataforma online – a primeira rede social do mundo para CIOs – de uma série de eventos de *networking offline*, conferências, workshops e programas para executivos todos adaptados para gestão de topo. A CIONET também fornece o acesso exclusivo às mais recentes pesquisas através de publicações regulares *online* e *offline* e um número de relações de valor acrescentado com parceiros-chave do mundo académico e empresarial.

Code For All | Academia de Código dedica-se ao desenvolvimento de planos, conteúdos e recursos para o ensino da programação no ensino básico, secundário e profissional. O programa Academia de Código dá competências de código a jovens licenciados através de cursos presenciais intensivos, enquanto o Programa Academia de Código Júnior pretende introduzir o ensino de programação no ensino básico e secundário.

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, associação de direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública, que representa, ao nível e com âmbito nacional, as entidades associativas e empresariais dos setores do comércio e serviços. Tem entre as suas atribuições garantir, enquanto parceiro social, a representação do comércio e serviços em organismos nacionais e internacionais, pronunciar-se sobre medidas legislativas ou outras

A vertical column of approximately ten handwritten signatures in blue ink, located on the right margin of the page. The signatures vary in style and legibility, with some appearing to be initials or names.

consideradas relevantes para o progresso do setor. Constitui ainda um espaço dedicado ao estudo, ao debate, à elaboração de propostas e ao desenvolvimento de iniciativas relacionadas com o setor.

EPIS – Associação de Empresários para a Inclusão Social, tem como missão principal a promoção da inclusão social em Portugal, tendo escolhido a Educação como forma de concretização. Com este foco, desenvolve projetos de intervenção cívica na área do combate ao insucesso e ao abandono escolares, com particular atenção à capacitação de jovens em risco que frequentam o 2.º e 3.º ciclo de escolaridade e à disseminação de boas práticas de gestão nas escolas.

ECWT - European Centre for Women & Technology, NPoC Portugal, os pontos nacional de contacto (NPoC) são parcerias nacionais de base *multistakeholder*, que funcionam a nível nacional, como uma plataforma nacional para coordenação de esforços, no sentido de aumentar mensurável e significativamente o número de raparigas e de mulheres na economia baseada no conhecimento.

Fundação Calouste Gulbenkian, é uma instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública que tem como missão destinada a fomentar o conhecimento e a melhorar a qualidade de vida das pessoas através das **artes, da beneficência, da ciência e da educação**. No âmbito da sua intervenção social, a FCG tem vindo a trabalhar, nomeadamente através do seu Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, na experimentação de novas respostas, mais flexíveis e mais eficazes, para necessidades sociais que afetam profundamente as pessoas, em especial aquelas que se encontram em situações mais vulneráveis, assumindo muitas vezes o papel de agente mobilizador e promotor de criação de parcerias para a implementação ou expansão de boas práticas geradoras de maiores equilíbrios sociais, de âmbito da solidariedade e responsabilidade sociais.

MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., abrange todos os segmentos do setor das telecomunicações: negócio fixo, móvel, multimédia, dados e soluções empresariais. É uma empresa orientada para o cliente, focada na inovação e execução, para cumprir as necessidades do consumidor digital. A MEO está organizada por segmentos de clientes promovendo a colaboração entre funções e plataformas para garantir a melhor experiência ao cliente. A MEO tem como prioridade a criação de valor sustentável em todos os segmentos de clientes.

Os parceiros da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital mais decidem que:

1. A Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital é estabelecida observando os princípios da colaboração, da boa fé e da transparência.
2. A implementação da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital não configura a criação de uma nova pessoa coletiva, nem importa a assunção de quaisquer encargos financeiros entre as partes.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

3. As atividades da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital e articulação entre os parceiros são coordenados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., na aplicação de Regulamento de funcionamento e organização internas, a elaborar.
4. Cada parceiro da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital compromete-se a cooperar na elaboração da proposta de Estratégia Nacional e Plano de Ação para o Emprego Digital 2015-2020, bem como de outros documentos versando sobre o desenvolvimento e consolidação da Sociedade da Informação e do Conhecimento, em iniciativas e projetos que façam a apologia dos benefícios das TIC e que incentivem as pessoas a usá-los.
5. As tarefas e atividades da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital são definidas e revistas em reuniões plenárias semestrais, bem como em reuniões setoriais que observarão a frequência que se mostre necessária.
6. A Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital está permanentemente aberta à adesão por parte de novos parceiros que comunguem dos objetivos por esta prosseguidos.
7. Os membros podem cessar a participação na Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, devendo informar dessa intenção a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., situação que se torna efetiva um mês após a receção da comunicação.
8. Aquando da realização das reuniões plenárias semestrais e/ou das reuniões setoriais será formalizada a adesão dos novos parceiros mediante aditamento(s) ao presente documento.
9. O presente Memorando é válido até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado se os parceiros assim acordarem.

O presente Memorando de Cooperação é assinado num exemplar único que ficará à guarda da FCT, I.P., sendo entregue cópia validada, com a menção "conforme o original", aos restantes parceiros da Coligação.

Em nome das entidades parceiras da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital:

Lisboa, 29 de abril de 2015

Coordenador

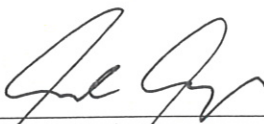


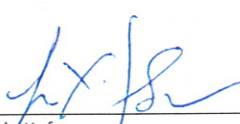
Pedro Cabrita Carneiro
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

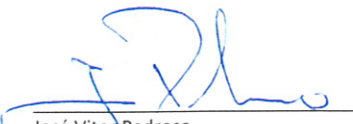
80
mm.
+
a
3h
2h
D
cheil
14
DSF
F
7
y

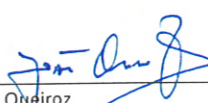


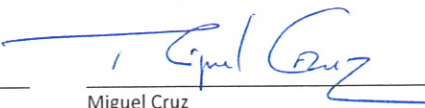
Parceiros | Entidades Públicas

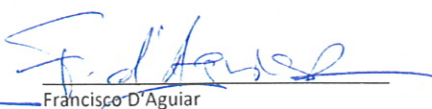

José Vital Morgado
Agência para o Investimento e Comércio
Externo de Portugal, E.P.E.

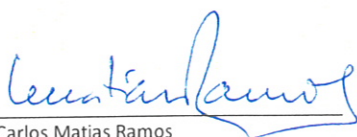

Gonçalo Xufre
Agência Nacional para a Qualificação e
Educação Profissional


José Vitor Pedroso
Direção-Geral de Educação

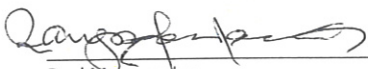

João Queiroz
Direção-Geral do Ensino Superior

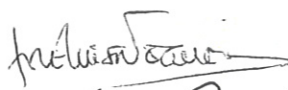


Miguel Cruz
IAPMEI - Agência para a Competitividade e
Inovação, I.P.

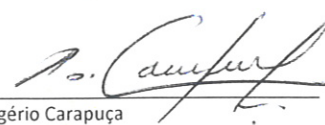

Francisco D'Aguiar
Instituto do Emprego e da Formação
Profissional, I.P. (IEFP)

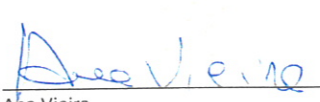

Carlos Matias Ramos
Ordem dos Engenheiros

Parceiros | Entidades Privadas

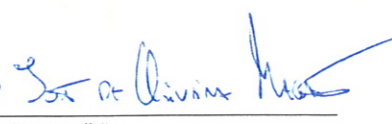

Raul Mascarenhas
Associação para a Promoção e
Desenvolvimento da Sociedade de
Informação

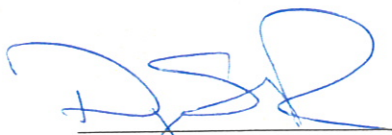


José Luís Nogueira
Vasco Lagarto
Associação para o Pólo das Tecnologias de
Informação, Comunicação e Electrónica -
TICE

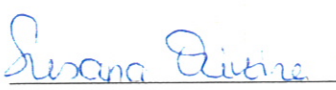

Rogério Carapuça
Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento das Comunicações

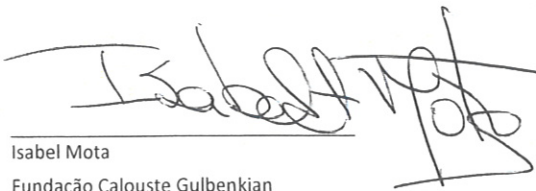

Ana Vieira
Confederação do Comércio e Serviços de
Portugal


Rui Serapicos
CIONET Portugal


João Magalhães
Code for All | Academia de Código


Diogo Simões Pereira
EPIS – Associação de Empresários para a
Inclusão Social


Susana Oliveira
European Center for Woman in Technology
| NPOC Portugal


Isabel Mota
Fundação Calouste Gulbenkian


Alexandre Nilo Fonseca
MEO Serviços de Comunicação e
Multimédia S.A.

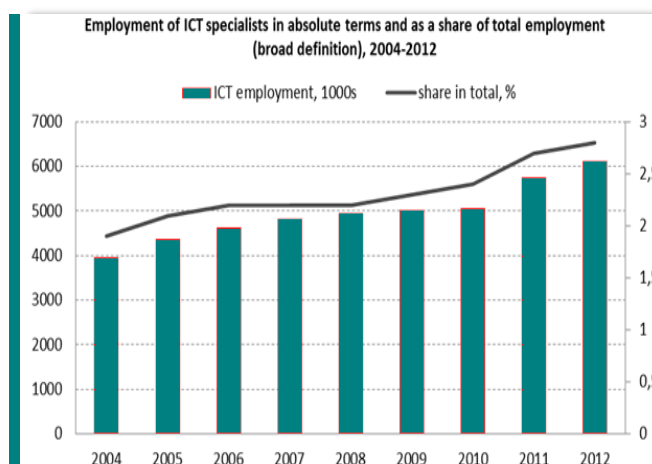
**ESTRATÉGIA e
PLANO DE AÇÃO para
a EMPREGABILIDADE
DIGITAL**

Enquadramento¹

O desenvolvimento da força de trabalho TIC na Europa entre 2000 e 2012 foi muito dinâmico, tendo crescido significativamente o emprego destes especialistas na U.E. -27.

A dimensão da força de trabalho TIC depende, naturalmente, da definição utilizada. Utilizando uma definição estrita, centrada nos profissionais e técnicos *core*, registou-se que o emprego TIC qualificado cresceu 2 milhões durante este período, de 3,1 milhões em 2000 para 5,1 milhões em 2012, resultando num aumento na participação do emprego TIC no emprego total de 1,6% para 2,4% ao longo deste período. Se for considerada uma definição lata, o aumento foi para 6,1 milhões, ou 2,8% do emprego total em 2012, contra 1,9% em 2004.

O emprego de especialistas TIC cresceu, em média, mais de 4% ao ano desde 2000, sete vezes mais do que o crescimento do emprego total no mesmo período.



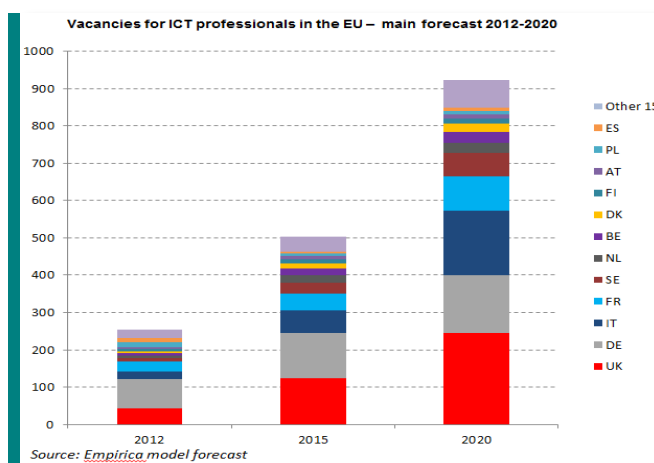
O crescimento do emprego em TIC foi, assim e em média, de 4,3% (definição estrita) ao longo do período 2000-2012, mais de sete vezes maior do que o crescimento do emprego total durante este período. Na ótica da definição mais ampla, a taxa de crescimento aparenta ser mais elevada.

A maioria dos países da UE aumentou a quota de emprego especializado TIC porém Portugal está entre os países com menos proporção de trabalhadores nessas funções. De acordo com a Comissão Europeia, Portugal tem menos de 2,5% dos trabalhadores em TIC, uma situação correspondente aos níveis mais baixos na U.E. (partilhada pela Roménia, Lituânia e Grécia), bem distante da média U.E.²⁷ (3,7%) e mais longe ainda dos países com melhores desempenhos (Finlândia, Suécia, Malta, Eslováquia e Reino Unido, onde o peso dos trabalhadores em funções TIC **supera os 5%**).

¹ Fonte: *Digital Agenda Scoreboard 2014, Digital Inclusion and Skills*; Comissão Europeia, maio 2014

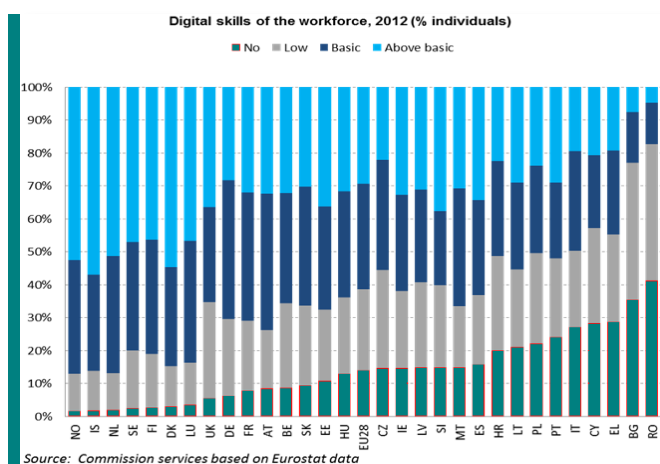
Apesar da evolução fortemente positiva no emprego de profissionais de TIC na UE ao longo da última década, o potencial de emprego nas TIC está ainda subaproveitado. Evidências demonstram que há um fosso crescente entre a procura e a oferta de especialistas TIC em toda a Europa. Se não forem tomadas medidas, projeta-se que esta lacuna possa alcançar 900.000 postos de trabalho por preencher, até 2020.

A UE tem um **défi crescente de profissionais de TIC, que se prevê que venha a atingir **900.000** postos de trabalho em **2020**.**



Por outro lado, a titularidade de competências digitais na força de trabalho é, em média, superior à da população em geral. Na U.E., apenas 14% da força de trabalho não dispõe de competências digitais. Se, cumulativamente, se adicionar a este valor a percentagem da força de trabalho que têm baixo nível de competências digitais, obtém-se um número que ronda os dois quintos da força de trabalho da U.E. (39%), que pode ser considerado insuficientemente habilitado digitalmente hábil.

39% da força de trabalho da UE tem **competências digitais insuficientes**, **14%** **não tem competências digitais de todo**



(Caraterização da situação em Portugal)

O propósito do **Plano de Ação Emprego e Competências Digitais** é identificar as iniciativas a endereçar, respetivos objetivos, metas e entidades responsáveis pela operacionalização, no sentido de obviar ao problema de falta de competências profissionais no domínio das TIC.

Eixos

1. (Re)Qualificação para Emprego em ICT

Redimensionamento da oferta educativa e formativa em TIC, melhoria contínua dos currícula e referenciais do ensino e formação profissional em TIC aproximando-os das exigências do mercado de trabalho, incentivo à especialização em TIC por profissionais de outras áreas, adoção de sistemas flexíveis de formação e certificação de competências digitais, utilizando a estrutura já existente em toda a Europa, entre outros.

Medidas:

- 1.1. Requalificação de desempregados com vários graus de ensino (secundário, pós-secundário e superior)
 - 1.2. Qualificação de jovens pelas vias do ensino superior e não superior
- Líder: FCT
- Envolvidos: IEFP, DGES, ANQEP, FCG, APO

2. Crescimento das Empresas e Novo Emprego ICT

Em empresas que recorrem ao digital na atividade e nas empresas de base fortemente digital, promovendo, nomeadamente, o surgimento de *start-ups* em TIC e a utilização do digital nas empresas, em particular nas PME, transversalmente a todos os setores da economia, a e-liderança e uma utilização mais eficiente da infra-estrutura de TIC disponível e dos serviços existentes.

Medidas:

- 2.1. Em empresas que recorrem ao digital na atividade
- Líder: APCD | TICE
- Envolvidos: IAPMEI, Associações Setoriais
- 2.2. Em empresas de base fortemente digital
- Líder: APCD | TICE
- Envolvidos: IAPMEI, AICEP

3. Sensibilização da sociedade para o digital

Dos cidadãos, em particular dos jovens, das mulheres e das famílias para a empregabilidade em TIC, por forma a considerarem a hipótese de opção por cursos e profissões TIC para que possam tirar partido do número cada vez mais significativo de oportunidades de emprego neste setor, bem como de empresas de todas as indústrias para a propagação do digital. Informar e manter informada a sociedade portuguesa sobre a importância das competências digitais para a empregabilidade, através da orquestração de um conjunto de campanhas de informação de âmbito nacional, e incluir as TIC na formação não formal e informal.

Medidas:

3.1. Dos cidadãos para a empregabilidade em ICT

Líder: FCT

Envolvidos: TICE, DGE, APDSI, EPIS, ECWT

3.2. Das empresas de todas as indústrias para a propagação do digital

Líder: Associações Setoriais | CIP | AEP

Envolvidos: APCD | TICE

4. Internacionalização do setor ICT e captação de investimento estrangeiro

Capitalizando nas excelentes infraestruturas e nos recursos humanos altamente especializados existentes em Portugal, atrair investimento externo para Portugal, fazendo localizar no país centros internacionais de competências e suporte a serviços em TIC e estimular as exportações no setor.

Medidas:

Líder: AICEP

Envolvidos: APO, CIONET, IAPMEI